

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

PARECER: 62/96

96.07.25

RECLAMANTE: Almargem-Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental

ENTIDADE RECLAMADA: Junta Autónoma de Estradas

ASSUNTO: Reclamação apresentada por Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental"

1. A Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental requereu à Junta Autónoma das Estradas que lhe fossem facultados todos os elementos relativos à Auto-Estrada Lisboa-Algarve que conduziram à opção -"pelos vistos já tomada"- de fazer passar um lanço pelo interior do concelho de Loulé, bem como os estudos executados sobre as outras alternativas -"eventualmente abandonadas"- em particular a que aquela associação sempre defendeu: um corredor paralelo ao actual IP1 entre S.Marcos da Serra e Ferreiras.

Refere a Associação que não recebeu qualquer resposta, tendo-se conformado o indeferimento tácito do requerido.

Por isso, apresenta reclamação nos termos dos artigos 15º e 16º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA).

2. Todos os elementos indicados no requerimento e reclamação confirmam que os documentos a que se pretende aceder se enquadram no objecto da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (vide artigos 2º e 3º da LADA).

Nenhuma das limitações ao acesso aos documentos detidos pela Administração Pública, previstas nos artigos 5º, 6º, 7º n.ºs 2, 6 e 7 e 10º da LADA têm aplicação ao caso em apreciação.

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

3. Contudo, o processo em que os documentos se encontram poderá não estar concluído ou tais documentos poderão constituir elementos preparatórios de uma decisão ainda não tomada (vide art. 7º nº 5 da LADA). Neste caso, com base nas disposições da LADA, o acesso é diferido até à tomada de decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a elaboração dos documentos.

4. Deve referir-se que se trata de documentos de carácter não nominativo (vide nº 1 do artigo 4º), aos quais todos têm direito de acesso (vide artigo 7º, nº 1).

5. Face a alguma matéria, certamente constante dos documentos, relativa a informação ambiental, importa igualmente referir, dado o disposto no artigo 22º, que de uma correcta interpretação do âmbito e alcance específicos decorrentes da Directiva nº 90/313/CEE, de 7 de Junho, não podem resultar mais limitações no acesso a tal informação que as que derivam directamente da LADA.

6. Importa reconhecer que o pedido dirigido à Administração e que acima no ponto 1 ficou sintetizado, foi formulado em termos vagos, não se tendo identificado rigorosamente os documentos a aceder, podendo tal facto ter dificultado uma resposta imediata. Contudo, face aos princípios da publicidade, transparência, igualdade, justiça e imparcialidade que a Administração deve observar (vide artigo 1º da LADA), ao direito que assiste aos cidadãos de serem informados sobre a existência de documentos e seu conteúdo (art. 7º nº 3) e ao dever da Administração de informar que não possui documentos e, se for do seu conhecimento, qual a entidade que os detém (alínea c) do nº 1, do artigo 15º), impende sobre a Administração o dever de colaborar com o cidadão nessa rigorosa identificação.

7. Face à provável grande dimensão da massa documental a que se pretende aceder, impõe-se relembrar que a lei fixa várias formas para o exercício do direito de acesso (vide nº 1 do artigo 12º da LADA).

8. Em conclusão:

- a) A Comissão reconhece o direito da associação em aceder aos documentos da Junta Autónoma das Estradas referidos no seu requerimento (artigo 7º nº 1 da LADA);

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

- b) Contudo, tal direito só pode ser exercido se o processo estiver concluído, e caso não esteja, poderá desde já aceder-se aos documentos elaborados há mais de um ano (artigo 7º nº 5 da LADA);
- c) Da aplicação da Directiva nº 90/313/CEE, de 7 de Junho, por via do art. 22º da LADA, não podem resultar mais limitações no acesso a informação ambiental que as que derivem da LADA;
- d) Impende sobre a Administração o dever de colaborar com os cidadãos na rigorosa identificação dos documentos a que pretendem aceder;
- e) A lei fixa várias formas para o exercício do direito de acesso.

9. Envie-se à entidade requerida e ao requerente.

Lisboa, 25 de Julho de 1996

João Figueiredo (Relator) - Fernando Condesso (com declaração de voto) - José Magalhães - Mário Rui Marques de Carvalho - Hélio Corvelo de Freitas - Branca Pena do Amaral - João Labescat - Armindo José Girão Leitão Cardoso (Presidente) (com idêntica declaração à apresentada pelo Prof. Fernando Condesso).

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei a favor do parecer, tendo presente que, na situação fáctica relacionada com a previsão legal, os particulares têm direito de acesso aos documentos pretendidos. Acontece que não compete à CADA dar pareceres com puros exercícios académicos, pressupondo que se verificam certas condições que levem à aquisição do direito de acesso. A CADA deve dar parecer (favorável) a um pedido relativo a documentos constantes de procedimentos findos ou que se tenham iniciado há mais de um ano. Mas não deve pronunciar-se em situações em que não conste que os procedimentos se encontram naquelas situações. No caso, tal não consta do processo e insinua-se mesmo o contrário.

A CADA não podia pronunciar-se, podendo mesmo estar a dar um parecer errado, de comunicação, onde a legislação não o admite.

a) Fernando Condesso